

### 3. A EMPRESA GASOCIDENTE E O TRABALHO NA COMUNIDADE DE TARUMÃ

Dirigindo-nos à empresa Gasocidente, após prévia autorização da empresa assessora de imprensa, a CNN Press, mantivemos conversação com a Supervisora de Meio Ambiente, Saúde e Segurança Social. A supervisora realiza seu trabalho com o auxílio de uma assistente e um técnico de segurança. Como o próprio cargo já diz, seu trabalho envolve aspectos de segurança do Gasoduto. Segundo suas informações, a empresa responsável pela parte boliviana do empreendimento é a Gás Oriente Boliviano, que cuida do trecho que se inicia em San Miguel, na Bolívia, até San Matias. A Gás Ocidente, portanto, é responsável pela secção brasileira do Gasoduto Bolívia-Mato Grosso.

Ela informou também que há uma equipe de campo que procede à manutenção do Gasoduto, constituída de 18 pessoas, e quem realiza esse trabalho é uma empresa contratada para tal finalidade, sendo o serviço terceirizado. Na operação do Gasoduto trabalham quatro técnicos em operação. Quando perguntada sobre os riscos, respondeu que não acredita que possam ocorrer riscos em decorrência da ação dos moradores, que receberam e – segundo ela – e vão continuar recebendo orientações sobre como agir, mas demonstra preocupação com a intervenção de terceiros desavisados, que poderiam cavar algum poço ou abrir valas nas áreas de risco.

Os moradores confirmam a informação, como se percebe dos

depoimentos abaixo:

- *Eles vêm de vez em quando roçar, ficam andando e vêm mais na época da chuva..*
- *“De vez em quando vem gente andar aí em cima. Vieram dois meses faz.*
- *‘As vezes vem helicóptero, avião espiar. Nem num tem um telefone pra ligar..”*
- *“ ... são educados, pedem licença para entrar na propriedade...”*

O procedimento de licenciamento ambiental foi realizado pelo IBAMA.

Houve um contrato em conjunto entre a Dames & Moore, empresa norte-americana, que realizou o trabalho durante a construção e a Prime, empresa brasileira, ambas com experiência no ramo, segundo informações da Supervisora. O coordenador da parte da construção, de acordo com a supervisora, é um “expert” naquele tipo de construção. As empresas Conduto, Damulax (empresa francesa) e HDI-INTECH (brasileira) realizaram um consórcio para a construção. Informou também que havia muitos americanos na coordenação do empreendimento e também bolivianos trabalhando, pois já tinham mais de 20 anos de experiência em gasodutos.

Sobre as dificuldades das quais se lembrou de terem enfrentado durante a construção, a Supervisora citou:

- 1) o controle das empresas que não tinham “consciência” ambiental, em especial no tocante às normas de saúde e segurança no trabalho. Em especial, as empresas brasileiras, mesmo aquelas de grande porte, que não investem na educação ambiental dos funcionários. A Supervisora ressalta que os

trabalhadores estrangeiros tinham mais facilidade em assimilar as regras.

2) Falta da obrigatoriedade e cumprimento das normas. Segundo opinião pessoal da supervisora, como profissional da área, há um problema cultural no Brasil em relação a ser ambientalmente correto. Por mais que existam as leis, as pessoas não as conhecem ou não as aplicam, ou as duas coisas;

3) Ela sentiu um certo “preconceito” em relação às empresas estrangeiras, pois, segundo a mesma, enquanto os desmandos ocorrem de norte a sul do país, os próprios fiscais no Brasil não se incomodam muito com a fiscalização nas empresas nacionais, mas “não saíam” das empresas estrangeiras, apontando um sem número de pequenos problemas;

4) Ela apontou também o desconhecimento por parte também da administração pública, citando o exemplo de uma funcionária do Ibama, que não sabia o que era licença para “Supressão de Vegetação”, mais conhecida como “Licença de Desmate”;

5) Na sua opinião, as leis sobre o meio ambiente existem, mas não são cumpridas. Ela enxerga a aplicação da lei como fator extremamente positivo, para toda a sociedade. Entretanto, a Supervisora afirma enxergar uma grande cobrança de valores monetários para projetos para a comunidade.

A Supervisora demonstrou uma grande preocupação com a segurança do empreendimento, sendo que informou também que a empresa Gasocidente promoveu um curso sobre Gás Natural, no ano de 2001, através de um seminário, realizado no Complexo Sesc Pantanal, para 100 pessoas,

aproximadamente, com todas as despesas pagas, ressaltando o alto custo desse seminário. Foram convidados membros da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, funcionários das Prefeituras dos Municípios de Cáceres, Livramento, Poconé, Várzea Grande e Cuiabá, da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Fema e Ibama.

Somente 50 pessoas apareceram, sendo que do IBAMA , apareceu uma pessoa durante meio período. O curso envolvia material sobre o gás.

O intuito de tal curso seria formar cidadãos com conhecimentos sobre o gás, que serviriam de multiplicadores de tais informações, que poderiam ser utilizadas em suas funções diárias.

A seguir, no contato com o Supervisor de Cadastro, responsável pela questão das terras e com o contato com a comunidade, o mesmo salientou que a Licença Prévia do gasoduto saiu em 30/07/98 e a Licença de Instalação saiu em 12/02/99, mas a construção só foi iniciada em agosto do ano de 1999, sendo que houve um problema legal na fronteira com a Bolívia, pois em uma faixa de 30 Km do Brasil até chegar à Bolívia há uma comunidade indígena identificada, a dos "Chiquitanos", submetida a regime legal diferenciado, em função da proximidade com a fronteira.

Em outubro de 1999 houve intervenção do Ministério Público, com a denúncia que no Município de Cáceres, na Região Serrana, a passagem do gasoduto poderia colocar a perder um patrimônio histórico-cultural existente nas cavernas daquela região, com inscrições rupestres. Naquele trecho as

construções ficaram paralisadas por dois anos. O gasoduto entrou em operação em agosto de 2001.

O Supervisor de Cadastro da Gasocidente, estando na empresa há três anos aproximadamente, informou-nos que tem experiência de nove anos em assuntos ligados a comunidades vizinhas a gasodutos. Ele consegue lembrar-se de detalhes da época da construção, quando foi efetuado o cadastro dos moradores das comunidades por onde passa o gasoduto. Quando fala na Comunidade de Tarumã, ele se lembra do nome do proprietário e detalhes da região. Também nos fornece um traçado da comunidade, que nem a Prefeitura do Município Livramento possui.

Quando indagado sobre os benefícios que a Comunidade de Tarumã recebeu, diz que a empresa estuda a aprovação de projetos que tenham sido feitos pela comunidade civilmente organizada.

Não se recorda de haver feito nenhuma negociação com a comunidade de Tarumã, mas recorda-se de havê-la feito com a Prefeitura do Município de Livramento. Ele também informa que, em sua opinião, faltou à Tarumã a organização da comunidade, por exemplo, através da formação de uma associação de moradores, para pleitear benefícios na contrapartida do empreendimento.

Durante a construção, alguns produtores tiveram certo prejuízo, por ação dos trabalhadores contratados. Transcrevemos abaixo a fala de um morador, explicitando seus prejuízos:

*“Falta uma indenização do canavial de dois mil reais, três reses se perderam e duas morreram porque tinham tirado a cerca, no dia que ficou aberta a cerca, sumiu uma vaca melhor, de R\$300,00 e outra de R\$180,00.”*

Ele se recorda da existência de muitas pessoas não alfabetizadas, colocando esse fator como uma grande dificuldade a ser superada, que ensejou a necessidade da comunicação através de placas com figuras, especialmente sobre a segurança do gasoduto.

Em Tarumã, ele se recorda que um aluno ganhou um aparelho de som, num concurso de redação sobre o gasoduto, promovido pela empresa e conseguimos a confirmação com a comunidade sobre esse acontecimento. O aluno, na realidade, freqüentava uma escola em Livramento, sendo que a escola em Tarumã não participou do concurso de redação, pois uma das condições para participação era que fossem alunos da 5ª série até a 8ª série.

Outra grande dificuldade na realização de seu trabalho, segundo o Supervisor de Cadastro, foi o fato de boa parte das terras cortadas pelo gasoduto não possuírem título válido de propriedade, com registro em cartório notarial de imóveis, necessário para se constituir a faixa de servidão.

Os próprios moradores forneciam informações contraditórias, por desconhecimento e a empresa então realizou contratos particulares com todas as pessoas, com termo de autorização para a realização dos trabalhos, antes da passagem do gasoduto, e muitas vezes, teve que levar o proprietário ao cartório, para efetuar o registro e a regularização da terra.

A empresa, através de terceirização, elaborou cartilhas educativas para distribuir junto à população. Essas cartilhas contêm historinhas que falam sobre o gasoduto. Enumeramos as cartilhas, cujos exemplares nos foram cedidos pela assessoria de imprensa da empresa Gasocidente (ANEXO IV).

Consideramos as cartilhas boas, embora as mesmas exijam um nível de escolaridade razoável, em função do vocabulário técnico mais específico. Infelizmente, acreditamos não corresponder ao nível de escolaridade da maior parte da nossa comunidade de Tarumã, como indica o Quadro nº 03.

Algumas poucas pessoas na comunidade lembram-se vagamente das cartilhas, mas ninguém possuía um exemplar das mesmas.

Além das cartilhas, o representante da CNN Press, a empresa de assessoria de imprensa terceirizada, afirma ter feito inserções nas rádios em Mato Grosso, na televisão e ainda publicado artigos em revistas sobre o empreendimento, abordando aspectos de informação sobre o gás e sobre a segurança do gasoduto. Em grau menor ou maior, todas essas fontes foram citadas pelos entrevistados.

A empresa disponibilizou um número de telefone "0800", ou seja, na modalidade ligação gratuita, para que as pessoas da comunidade possam entrar em contato com alguém da empresa, caso ocorra algum problema com o gasoduto. Porém, não há telefones na comunidade, nem públicos nem particulares, sendo inoperante a menção a quaisquer números para contato, na presente data. Ou seja, se ocorrer qualquer anormalidade no transporte de gás

naquela região, não será possível para os moradores se comunicarem com o telefone de ajuda da empresa.



## 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.1- Aspectos Gerais da Região da Baixada Cuiabana, onde insere-se o Município de Nossa Senhora do Livramento

A região dos cinco municípios, dentre eles Nossa Senhora do Livramento, onde está localizada a Comunidade de Tarumã, congrega 31% (trinta e um por cento) da população de Mato Grosso, tendo sido a migração um fator importante de crescimento. Houve, basicamente, dois ciclos distintos e descontínuos de migração: a mineração e a colonização. O índice de crescimento da região é de 1,9%, e a densidade demográfica é de 12,8 h/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2001).

A vegetação típica da área de estudo é predominantemente de cerrado (Figura 10 e Figura 11), caracterizada por formações herbáceas, intercaladas por plantas lenhosas e até arbóreas, em geral serpenteada de floresta de galeria, apresentando dois estratos: o superior, constituído por árvores e o inferior, formado por um tapete gramíneo-lenhoso. Apresentando formação vegetal aberta, como pastagens, áreas desmatadas e cerrado e como formações fechadas, matas primárias, secundárias e mata de galerias, apresentando também animais característicos de cada formação e outros (MACEDO, 1993).

Em relação à saúde, o Pólo de Saúde Cuiabá, que envolve os Municípios de Várzea Grande, Poconé e Nossa Senhora do Livramento é o mais bem

equipado do Estado de Mato Grosso. As doenças com maior incidência são a hanseníase, a tuberculose e a dengue.

A estrutura fundiária também é muito problemática, pois há grande concentração de terras. Os pequenos estabelecimentos são de 50 a 500 ha., nessa região. Os minifúndios são aqueles com menos de 50ha. A condição legal da terra é discutível, pois 18% dos produtores rurais são considerados ocupantes, sendo que em Nossa Senhora do Livramento 40,7% das terras com ocupantes não estão legalizadas (RIMA, 1998).

O esgotamento sanitário dessa região é considerado altamente crítico. Nossa Senhora do Livramento é citado como Município que apresenta somente fossas rudimentares, junto com Poconé, um outro município vizinho. O presente estudo corrobora essa afirmação, indo mais além, pois somente três, das casas visitadas em Tarumã, têm banheiro com fossa (RIMA, 1998). Também não existe coleta pública de lixo, e, no caso de Livramento, nem existe planejamento da Prefeitura do Município para proceder à coleta do mesmo ou dar uma destinação aos detritos.



Figura 10 – Vista parcial de um cerradinho na Comunidade de Tarumã –  
Município de Nossa Senhora do Livramento.  
Fonte: BORDEST, R. 2000



Figura 11 – A vegetação de uma capoeira (cerrado) na Comunidade de Tarumã  
– Município de Nossa Senhora do Livramento.  
Fonte: BORDEST, R. 2000

#### 4.2– O Município de Nossa Senhora do Livramento

A área de estudo está inserida no município de Nossa Senhora do Livramento, localizado nas coordenadas: Latitude S15°46'33,4'' e Longitude W 56°20'47.1'', distante 20 Km da cidade de Cuiabá. O Município de Nossa Senhora do Livramento faz fronteira com os Municípios de Barão de Melgaço, no sul e parte do sudeste, Poconé (sudoeste), Santo Antônio do Leverger a sudeste, Várzea Grande no norte e nordeste, Jangada e Rosário Oeste ao norte, Porto Estrela a noroeste e Cáceres a oeste (RIMA, 1998).

Para o Município de Nossa Senhora do Livramento, a taxa de urbanização é de 33%. A economia ali gira em torno da cultura de algodão, milho, arroz, feijão e banana, extração de ouro e pesca comercial, estando localizada na Baixada Cuiabana, que recobre todo o trecho oriental da área de estudo, estendendo-se da borda leste da região serrana de Cáceres até a cidade de Cuiabá (RIMA, 1998).

A história do Município de Livramento data da época do Governo Português, quando houve a descoberta de ouro em Cuiabá. Foram enviados prepostos para arrecadar os direitos reais, ou seja, o quinto, que era a quinta parte de todo o ouro encontrado, que pertencia à Coroa Portuguesa. Em 1726, Rodrigo César Menezes, representante da Coroa Portuguesa, veio para Cuiabá, tendo saído de São Paulo. Após executar a arrecadação, causou grande descontentamento nos garimpeiros, que procuraram novos locais de exploração, saindo de Cuiabá (SIQUEIRA, 2000).

Em 1730, Antonio Arraes e Damião Rodrigues, provenientes de Sorocaba, Estado de São Paulo, descobriram ouro às margens do Ribeirão Cocais, distante seis léguas de Cuiabá. O povoado que mais tarde foi chamado de Cocais e hoje é Nossa Senhora do Livramento ficava a aproximadamente 3 Km do local da descoberta do ouro.

Uma dos homens que foi em busca do ouro foi José Paes Falcão das Neves, figura importante para o Estado de Mato Grosso, que, entre outros serviços prestados ao Estado, enfrentou os espanhóis na fronteira do Rio Guaporé.

O movimento constante e intenso entre a capital do Estado naquela época, que era Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá passava por Cocais, local do garimpo, fazendo com que outro povoado fosse formado, por conta das paradas. Ali havia comerciantes, pecuaristas e muitos escravos, que naquele tempo eram sinal de poder e muito trabalho. O local onde hoje se localiza a igreja matriz era parada obrigatória.

Francisco Botelho e sua esposa Escolástica de Campos fundaram um arraial naquele local, permitindo que muitas pessoas fossem habitar ali, construindo também a igreja. Com o esgotamento das lavras auríferas e a parada da entrada de negros escravos, a vida no local restringiu-se a uma cultura de subsistência. A diversificação de culturas agrícolas e o aproveitamento das pastagens nativas e ricas contribuíram para o desenvolvimento na criação bovina para corte e produção de leite.

Não ocorreu ali muita mistura de raças, como branca e negra, de forma que a sociedade apresenta características múltiplas, modismos de linguagem nitidamente locais, diferentes de outras comunidades regionais e locais.

Em 27 de agosto de 1827, passou por ali a expedição Langsdorff, trazendo o artista francês Hércule Florence, que retratou a capela de São José dos Cocais, que já estava bastante danificada naquele tempo. Em 1883, o Bispo Dom Carlos D'Amour, de Cuiabá, levou, com grande comitiva, as bênçãos ao povo de Cocais, fato marcante para os habitantes da região.

O município originou-se do povoado de Cocais, ou melhor, São José dos Cocais. A Lei nº 11 de 26 de agosto de 1835, criou a Paróquia de Nossa Senhora do Livramento, alterando o nome de São José dos Cocais, assim chamado o primeiro lugar da descoberta do ouro.

Em 1843, o município volta a se chamar São José dos Cocais. O descontentamento dos moradores do local faz com que o nome voltasse a ser Nossa Senhora do Livramento, em 1948, que é o nome da padroeira da cidade. Há uma história popular, dizendo que uma caravana, vinda de Portugal, trazia no lombo de um cavalo uma imagem da santa, quando, em uma parada para descanso, o animal empacou e não quis mais prosseguir, sendo que a santa ficou, desde aquela época, naquele local.

Há duas versões para o surgimento do município, uma delas acredita que tenha surgido em função da busca do ouro e a outra, que já havia índios habitando a região.

A explicação para a extensão territorial, sem desmembramento, é a criação de bovinos nas fazendas, de modo extensivo.

O povo de Nossa Senhora do Livramento é muito religioso e a “Dança do Congo” é praticada ali há mais de dois séculos.

Assim, Cuiabá deu origem a Nossa Senhora do Livramento e seus habitantes são denominados Livramentenses.

Segundo o censo do IBGE (2000), a população de Nossa Senhora do Livramento é de 12.141 habitantes, sendo 8.925 eleitores. O município prescinde de comarca própria, estando na Comarca de Várzea Grande. A altitude do local é de 171m do nível do mar e a distância de Cuiabá é de 32 KM. A extensão territorial do município é de 5.331,57 km<sup>2</sup>, estando situado na Mesoregião Centro Sul de Mato Grosso, microrregião de Cuiabá. Em relação ao relevo, encontra-se na Depressão Rio Paraguai, participando do Pantanal do Mato Grosso com a Serra das Araras. O clima é tropical quente e sub-úmido, com cinco meses de seca, de maio a setembro. A precipitação anual é em torno de 1.750mm, com intensidade máxima em dezembro, janeiro e fevereiro. A temperatura média anual é de 24°C, estando a máxima em 42°C e a mínima em 0°C.

As principais atividades econômicas são a pecuária – cria, recria e corte –, agricultura de subsistência, com destaque para a produção de bananas. O extrativismo mineral é amplamente praticado no município, que possui jazidas auríferas.

#### 4.3– A Comunidade de Tarumã – Aspectos Geográficos e Históricos

A Comunidade de Tarumã está estabelecida às margens da Rodovia Estadual MT060, no Km 02, a partir da rodovia estadual, com coordenadas geográficas: Latitude Sul 15°41'34.2'' e Longitude Oeste 56°18'13''; está localizada a 10 Km do Município de Nossa Senhora do Livramento, um dos cinco municípios mais antigos do Estado de Mato Grosso, sendo também distrito deste município, também atravessado pelo gasoduto (Figura 12), estando a aproximadamente 20 Km de Cuiabá (ACERVO DA PREFEITURA DE LIVRAMENTO, 2000).



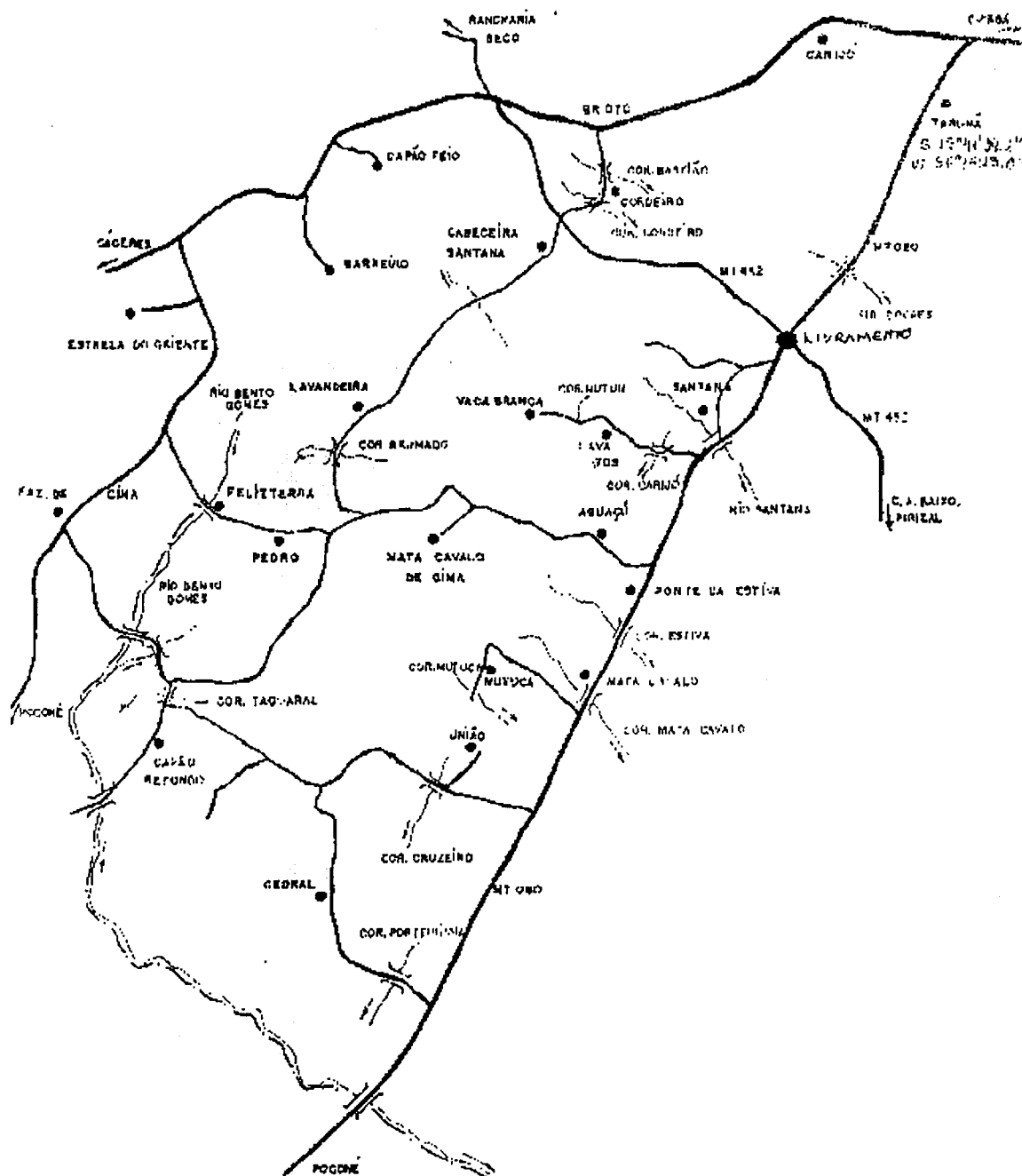


Figura 12 – Localização do sub-distrito de Taramã.

Fonte: Departamento de Engenharia da Prefeitura de Livramento, 1998.

As informações a seguir, sobre a comunidade, foram obtidas e transcritas a partir da história oral do local, contadas pelos próprios moradores, durante as entrevistas.

Os moradores atuais afirmam que as famílias estão no local há pelo menos seis gerações, o que nos faz afirmar que a comunidade é uma população tradicional, pois seus habitantes ocupam e utilizam-se de uma mesma área geográfica há várias gerações ( GUARIM, 2000).

Chega-se à comunidade de Tarumã por transporte rodoviário, pela Rodovia Estadual MT060, saindo de Cuiabá, passando por Várzea Grande.

Muito embora nenhum morador saiba ao certo a origem do nome da comunidade, muitos afirmam que o nome surgiu desde que uma árvore imensa, chamada Tarumeiro, passou a ser referência para indicar o local onde as famílias moravam e também para viajantes que procuravam abrigo ou água, antes de chegar a Nossa Senhora do Livramento ou mesmo passando pelo local, saindo de Livramento.

O morador mais antigo da comunidade conta hoje com 87 anos de idade, é casado e vive com a esposa. Não tiveram filhos. Foi o pai desse morador, de nome Manoel José do Espírito Santo, quem comprou as terras, junto com a família, onde hoje está a comunidade de Tarumã. Quando era criança, o nosso morador recorda-se que as terras tinham o dobro do tamanho que hoje têm. Seu pai, à época, era viúvo e já tinha outros filhos. Casando-se novamente com a mãe do nosso depoente, teve mais três filhos. Com o falecimento do pai do nosso depoente, as terras foram divididas pela metade, sendo que Tarumã ficou para a segunda família e a outra metade ficou com a primeira família. Naquela época se chamava Cocais. O nosso morador mais antigo comprou as terras de

seus outros irmãos, que já faleceram.

Os habitantes são todos católicos. É comum encontrar, nas casas, altares nos cômodos, com imagens de santos e flores frescas em recipientes com água. Uma das moradoras mais antigas do local tem um grande altar com uma coleção de santos, na sala de visitas, de chão batido e sem outros móveis que não o altar. Os moradores reclamam de não poder exercitar sua fé como gostariam, pois o padre designado para lhes dar assistência espiritual não comparece com a regularidade que eles desejariam. O padre anterior, que foi transferido de paróquia, segundo depoimentos dos moradores, ia até a localidade e rezava uma missa por mês, todos os meses, além de freqüentar as festas religiosas para as quais era convidado. Mesmo sem o padre, é comum as mulheres organizarem novenas por ocasião das festividades do calendário religioso, como Páscoa, Natal e Finados e para as festas dos Santos católicos.

A comunidade realiza várias festas típicas, cujos preparativos envolvem toda as famílias e são freqüentadas também por pessoas das localidades vizinhas. Há a festa de Santo Antonio, no mês de junho; a de São Benedito, em junho; a de São Gonçalo, em janeiro; a de São Lázaro, em fevereiro. Uma das moradoras, filha do patriarca da família, faz a reza e hospeda quantos precisarem, oferece pinga e outras bebidas, normalmente abate e prepara porcos, galinhas e vacas, para manter uma tradição iniciada com seu falecido pai. A festa normalmente dura três dias, não parando nem mesmo à noite.

O Siriri e o Cururu, danças e músicas típicas, também existem ali, sendo

que os mais velhos tentam manter e passar a tradição das danças e das músicas aos mais jovens. Alguns se interessam, outros nem tanto, mas aqueles que ensinam preferem acreditar que o interesse também pode vir com o tempo.

Uma das depoentes é muda de nascença, mas mostrou boa vontade e fez questão de responder às perguntas. Na falta de uma linguagem de sinais que servisse de comunicação para ambas as partes, a professora serviu de intermediadora da entrevista. Fato muito interessante, todos os moradores da comunidade conversam com essa senhora, pois desenvolveram uma linguagem própria de sinais. Quando algum morador quer saber sobre as condições meteorológicas do local, conversa com a nossa moradora, que tem uma percepção aguçada do clima, que escapa aos outros habitantes. Eles também afirmam que ela tem uma sintonia diferente dos outros com “as coisas da vida”, como eles mesmos denominam, muitas vezes antecipando acontecimentos futuros e prevendo fatos.

Os moradores fazem compras mensais dos alimentos que não produzem em Cuiabá ou Várzea Grande, sempre em atacadistas. Segundo eles, as compras em Livramento são inviáveis, por conta dos preços altos e da falta de variedade. Normalmente compram arroz, feijão, açúcar, óleo, farinha, velas, querosene para os lampiões e lamparinas, artigos de limpeza e higiene pessoal. Costumam comprar também carne seca, que pode ser conservada fora da geladeira.

A comunidade é atendida na área de saúde pelo Programa de Saúde da Família, um programa de assistência à saúde da família com recursos federais e

convênio com os municípios, no caso, no Município de Nossa Senhora do Livramento. O médico vem à comunidade e, normalmente, traz remédios consigo. Quando o médico vai até a comunidade, a escola é o ponto de encontro de todos os moradores, que são avisados com antecedência sobre a vinda dele. Eles querem ser consultados pelo médico, mesmo que não tenham, a princípio, nenhuma doença naquele momento. Normalmente o médico distribui vermífugos para as crianças.

Até o momento em que se acabaram as etapas do nosso trabalho de campo, não havia iluminação pública na comunidade, exceto por três casas e a escola, cujos moradores ajudaram a pagar o poste e a instalação e conseguiram o que faltava através da troca do próprio direito de voto, na época da última eleição, por favores de políticos na instalação da luz elétrica, conforme informações dos próprios habitantes. O padrão da escola é o mesmo padrão da casa da professora, e também é ela quem paga a conta de energia.

Não há telefone público. Em caso de qualquer emergência, por exemplo, se um terceiro desavisado vier a proceder a qualquer ato incompatível com a utilização da faixa de servidão do gasoduto ou, pior ainda, em caso de vazamento, não há como avisar imediatamente os responsáveis pela segurança do gasoduto, funcionários da empresa Gasocidente. Evadir-se do local com rapidez é praticamente impossível. Só uma pessoa tem carro na comunidade, o marido da professora, mas nem sempre o carro está funcionando. Nem pedir socorro será possível, pois o único celular existente no local, que pertence à filha

da professora da escola da comunidade, não funciona naquela localidade.

Segundo censo da própria comunidade, realizado há cerca de dois anos atrás, há 52 habitantes em Tarumã.

## 5. IDENTIFICANDO OS MORADORES

### 5.1- Origem dos moradores e tempo de moradia

A grande maioria dos habitantes nasceu em Tarumã ou Livramento (Quadro 1). Os nascimentos em Tarumã são de pessoas que nasceram em casa, quando o transporte era mais difícil e o número de partos normais era maior, segundo informações das mulheres da comunidade. Há uma moradora que nasceu no Piauí, ela conheceu seu marido, de Tarumã, em uma festa em Várzea Grande, vindo a morar em Tarumã, após o casamento. O fato de encontrar ali em Tarumã uma pessoa que veio do Nordeste brasileiro serve simplesmente para reforçar a idéia de migração que existe na região nordestina, devido às difíceis condições de vida no Nordeste, que faz com que muitos nordestinos partam em busca de outras oportunidades de vida, em Estados como Mato Grosso (IBGE, 2001).

Quadro 01 – Local de origem dos entrevistados.

LOCAL DE NASCIMENTO DOS ENTREVISTADOS					
Nº DE ENTREVISTADOS	SUB-DISTRITO DE TARUMÃ	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	CUIABÁ	VÁRZEA GRANDE	PIAUI
10	X				
09		X			
03			X		
01				X	
01					X
<b>TOTAL = 24</b>					

Os habitantes, tanto os jovens quanto os mais idosos, parecem bastantes satisfeitos em morar no local. O lugar não tem as facilidades da vida moderna, havendo mesmo uma precariedade de serviços públicos essenciais, mas é, sem sombra de dúvidas, um local calmo, onde se escutam os sons da natureza: barulho do vento nas árvores, canto de pássaros e, caminhando um pouco mais, a água do rio que passa próximo. A princípio, pensávamos que a vida naquela comunidade, distante da cidade grande, como conhecemos e todos os seus supostos atrativos fosse pura falta de opção. Ledo engano, nenhum dos entrevistados demonstrou qualquer desejo ou planos de sair dali. A vida na cidade grande não os atrai e uma das facilidades que eles gostariam de ter seria a luz elétrica. Logicamente que eles freqüentam Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande e Cuiabá para realizar ações específicas, como compras, por



exemplo. Tudo isso faz com que pensemos a respeito: com a energia elétrica vem a televisão, com a televisão chegam valores de consumo anteriormente impensáveis. Isso já seria objeto de estudo para outra ocasião, mas perguntamos a nós mesmos: por quanto tempo essa comunidade se manterá assim, após a chegada da luz elétrica e da televisão?

08 – Há mais de 10 anos
09 – Há mais de 20 anos
07 – Há mais de 40 anos

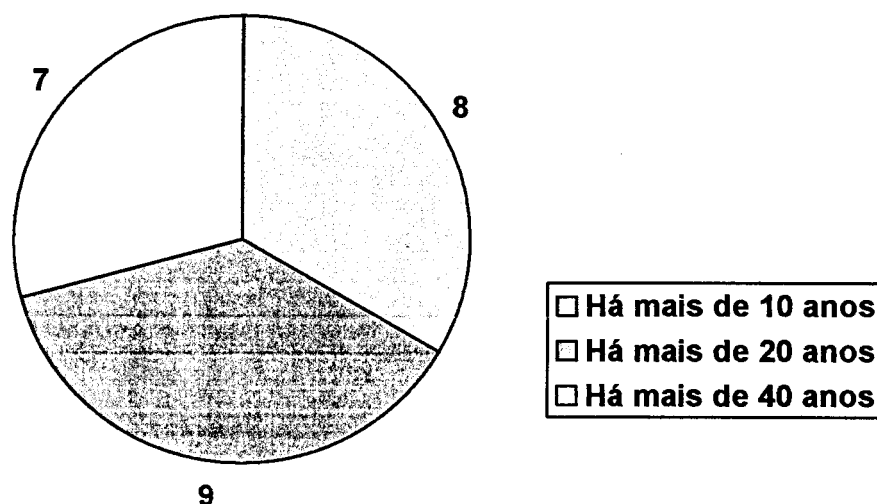


Figura 13 – Tempo em que os entrevistados moram em Tarumã.

## 5.2– Gênero, faixa etária, estado civil

### 5.2.1– Gênero dos entrevistados

Dos 24 entrevistados, 12 são do sexo feminino e 12 do sexo masculino,

havendo, portanto, aproximadamente a mesma proporção de homens e mulheres na comunidade, percebendo-se um certo equilíbrio no quesito gênero. O censo do IBGE para Nossa Senhora do Livramento apontou, ligeiramente, um maior número de mulheres em relação aos homens do Município de Nossa Senhora do Livramento, em 2000 (Quadro 14).

<b>SEXO</b>	<b>Porcentagem</b>
Masculino	50,00%
Feminino	50,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

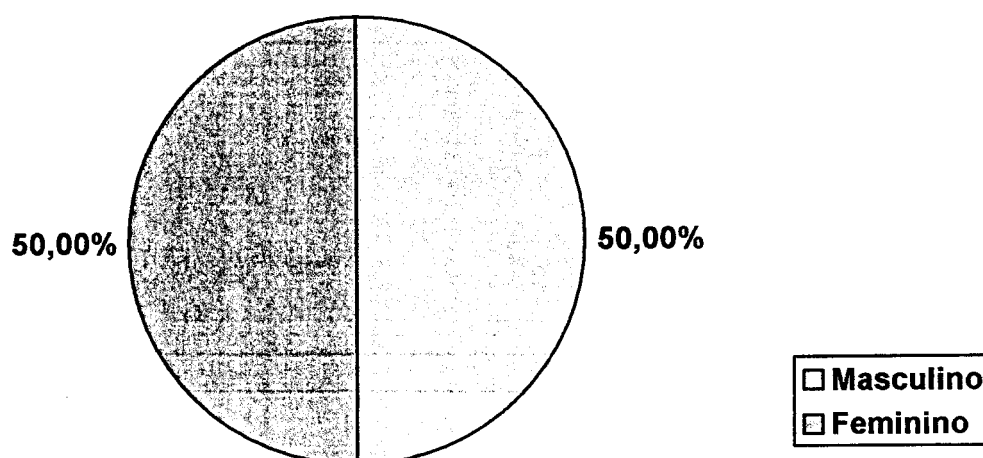


Figura 14 – Gênero dos entrevistados.

### 5.2.2– Faixa etária dos entrevistados

Do total de 24 entrevistados, 41,66 % dos habitantes têm menos de trinta anos de idade, caracterizando uma população bastante jovem, sendo que causa uma ligeira surpresa o número de idosos na população, que chega a 20,83%

(Figura 15). São alegres, lúcidos e consideram-se saudáveis. 58,38%, portanto, mais da metade dos habitantes têm mais de 30 anos, o que pode indicar boas condições de vida, estendendo-se essa previsão e confirmando-a, pois mais de 40% passam dos 40 anos e vivem além de 60 anos de idade, sendo que o morador mais idoso tem 87 anos de idade. Essa longevidade, atualmente, ultrapassa em mais de dez anos a expectativa atual de um brasileiro, que é de 70 anos (IBGE, 2000).

FAIXA ETÁRIA	Porcentagem
até 20 anos	29,16%
de 20 a 30 anos	12,50%
de 30 a 40 anos	16,66%
de 40 a 50 anos	16,66%
de 50 a 60 anos	04,16%
Mais de 60 anos	20,86%
TOTAL	100,00%

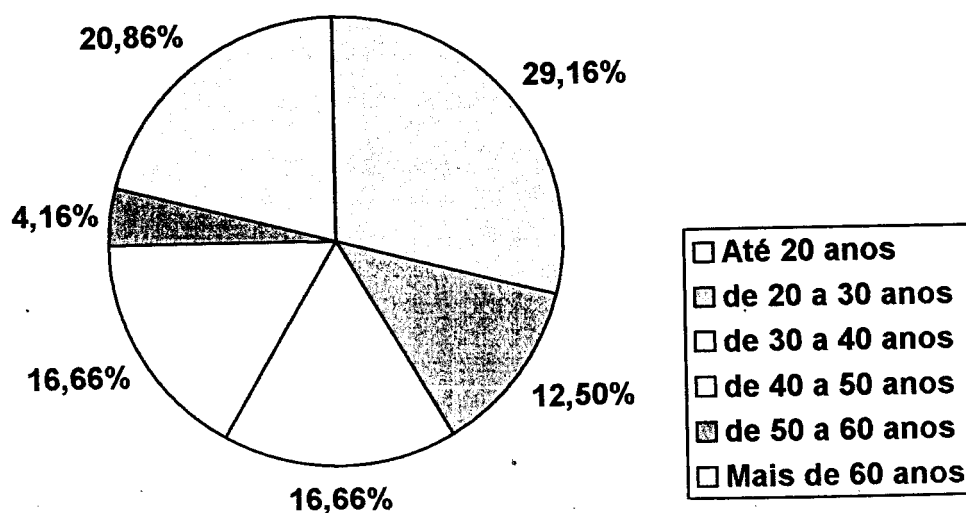


Figura 15 - Faixa etária dos entrevistados.

### 5.2.3– Estado Civil dos entrevistados

Parece haver também relativa estabilidade nas relações familiares, sendo que, dos 24 entrevistados, aproximadamente 50% declarando-se solteiros e 37,50% dos entrevistados declarando-se casados (Figura 16). Dos entrevistados, apenas um declarou-se separado. Os viúvos são os idosos da comunidade, com mais de 60 anos, não ocorrendo essa condição com aqueles entrevistados que se encontram abaixo dessa faixa etária. Prevalece a modalidade de casamento formal, em cartório, “preto no branco”, como reforçaram duas moradoras casadas, sendo acompanhado de casamento religioso, conforme costume da Igreja Católica. Como os habitantes possuem relação de parentesco muito próximo, sendo tios, sobrinhos e primos em maior ou menor grau, mas não muito distante, as relações afetivas com o sexo oposto ocorrem com pessoas fora da comunidade.

ESTADO CIVIL	Porcentagem
solteiro (a)	50,00%
casado (a)	37,50%
Separado (a)	04,16%
viúvo (a)	08,34%
TOTAL	100,00%

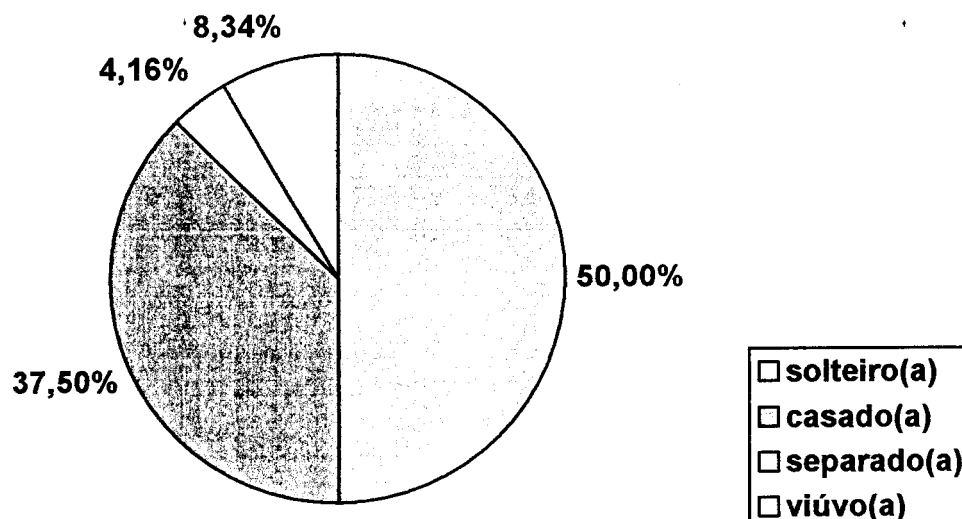


Figura 16 – Estado civil dos entrevistados.

### 5.3– Condições de trabalho, emprego e renda na comunidade

A pobreza existe quando um segmento da população é incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Estes recursos são água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania. Um país tem pobreza quando existe escassez de recursos ou quando, apesar de haver um volume aceitável de riquezas, elas estão mal distribuídas. O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual (FURTADO, 1971).

Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil ocupa o 9º lugar em renda per capita. Mas cai para o 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Isso coloca o Brasil entre os países de alta renda e alta pobreza. Ao mesmo tempo em que está entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento.

A renda média brasileira é seis vezes maior que o valor definido como linha de indigência. Ou seja, se a renda brasileira fosse igualmente distribuída, estaria garantido a cada pessoa seis vezes aquilo de que necessita para se alimentar.

Dos chefes de famílias que se encontram em situação de extrema pobreza no país, 83% trabalham por conta própria ou são trabalhadores sem carteira. O resultado da nossa pesquisa corrobora essa informação, sendo que, dos 24 entrevistados, apenas 1 tem relação de trabalho formal, com Carteira de Trabalho assinada.

Há uma pluralidade de situações em relação ao local de trabalho das pessoas da família. A renda dos moradores é baixa, a maioria sem direitos sociais garantidos pela assinatura da CTPS, prevalência de emprego informal e sub-emprego. Aposentados em geral ajudam a sustentar os outros membros da família. Em regra, quem trabalha fora é o homem e a mulher cuida da casa e dos filhos, sendo que, geralmente, a mãe exerce tarefas domésticas dentro da casa e outras fora dela, ajudada pela filhas. Os meninos ajudam a cuidar da roça, onde as famílias plantam para consumo próprio, em uma economia de subsistência.

Os moradores têm criação para consumo próprio, como vacas que dão leite, suínos para carne, galinhas que fornecem ovos e carne. Não vimos plantação de hortaliças, mas normalmente plantam temperos como cebolinha verde e salsinha. Há frutas nativas, também muito utilizadas na alimentação,

como bocaiúva, cocos nativos, ingá de metro, cajá e jacote. Nos quintais, há pés de acerola, carambola, uma espécie de laranja que eles chamam de “laranja misteriosa”, bananas, carambola e goiaba. As plantações mais comuns são: mandioca, banana, abóbora, feijão e milho. Algumas famílias tentam vender o excedente do que produzem, mas nem sempre são bem sucedidas, pois falta-lhes um meio que facilite a comercialização desse excedente.

Ocorre também, em menor número, que uns prestem serviços para os outros, dentro mesmo da comunidade.

Em Tarumã., dos 24 entrevistados, 24,99% declararam-se desempregados, sendo que a metade deles não declarou a renda familiar e a outra metade declarou ser a renda familiar de 01 Salário Mínimo. Esses trabalhadores não têm qualificação, mas metade deles declarou estar estudando, em Nossa Senhora do Livramento. Esse número de desempregados é bem superior ao divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2001), que naquele período foi de 11,7%, para o Município de Nossa Senhora do Livramento. Assim também ocorre com as taxas de quem ganha menos de meio salário mínimo, que para os nossos moradores, esteve em torno de 25%, enquanto que a pesquisa do IBGE demonstrou um índice de 6%. Dos trabalhadores ativos, 33,32% declararam perceber renda de 01 a 02 salários mínimos, sendo essa porcentagem maior que aquela indicada pelo IBGE, no mesmo censo, em torno de 22%, para a região.

Quadro 02 – Profissão, local de trabalho e renda familiar dos habitantes de Tarumã.

PROFISSÃO	LOCAL ONDE EXERCE	RENDA FAMILIAR	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Sem qualificação	Desempregado (a)	Sem renda declarada	04
Sem qualificação	Desempregado (a)	01 SM	02
Diarista/Lavrador	Tarumã	<01 SM	06
Vendedor de cana	Várzea Grande e Cuiabá	De 01 a 02 SM	02
Lavrador	Carijó	De 01 a 02 SM	01
Recebe Benefício	Tarumã	< 01 SM	02
Aposentado	Tarumã	01 SM	04
Dona de casa	Tarumã	Recebe R\$15,00 Bolsa-escola.	02
Serviços Gerais	Fora da comunidade	De 01 SM a 02 SM	01 (único com CTPS assinada)
TOTAL			24



## 6. EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE

A educação é uma das mediações institucionais fundamentais no processo de despertar e motivação da sociedade para uma participação política na solução dos problemas das comunidades ou populações que a integram. De acordo com DEMO (1993), a educação é "condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação o sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres".

Nesse sentido, tanto em nível formal quanto informal, a educação constitui-se num processo fundamental ao desenvolvimento de uma consciência crítica e autocrítica de uma dada comunidade, na conquista de direitos e na correspondente responsabilização pelos deveres, em prol de sua vida e bem-estar social (SANTOS JÚNIOR *e outros*, 1988).

Mas esta conquista será alcançada apenas na medida em que a prática educativa de um país, de uma região ou de um local possibilite às pessoas desenvolverem suas capacidades e atitudes de criatividade, iniciativa e autonomia, numa orientação pelos valores humanos fundamentais do respeito, da solidariedade e da responsabilidade para com o meio ambiente e a realidade global da sociedade.

A educação, sendo um processo contínuo, está sempre presente na vida do

ser humano, através de contatos sociais que este estabelece com outros seres humanos, independente do local. A educação e a questão ambiental devem ultrapassar a preocupação com o chamado meio ambiente natural, numa visão restrita aos aspectos físicos do mundo, para abrir-se para uma concepção mais totalizante, que envolva a discussão sobre a interação do homem nesse ambiente, através, principalmente, da qualidade de vida, envolvendo questões culturais e espirituais.

Ao falar sobre educação de jovens e adultos, PAIVA (1997) esclarece que os espaços educativos extrapolam o espaço escolar, uma vez as instituições como a família, o cotidiano da comunidade, do lazer e do trabalho promovem a educação, pois são plenas de relações sociais.

Segundo preconizado pela Agenda 21, o ensino, inclusive aquele formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. Assim, o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e também para aumentar a capacidade das pessoas para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-

los.

O ensino é também fundamental para conferir sensibilização ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio-econômico e do desenvolvimento humano, devendo integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (a "Eco'92"), no qual os representantes de vários países discutiram políticas e acordos internacionais que visam à proteção da integridade do sistema global e do desenvolvimento, na qual foram elaborados dois importantes documentos para a educação ambiental, o Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Para LEONARDI (1997), a Educação Ambiental deve ser interdisciplinar, seja ela formal, informal ou não formal. A educação formal refere-se à educação escolar, que recebemos em estabelecimentos oficiais, públicos ou privados e é institucionalizada pelo Estado.

A educação ambiental não-formal seria aquela exercida fora do espaço da escola, em outros espaços da vida social. Sua metodologia seria também

diferente daquela restrita ao espaço escolar. Nesse tipo de educação, haveria uma intencionalidade em se buscar determinados objetivos. A educação informal, por sua vez, prescindiria daqueles objetivos, sendo esse um fator de diferenciação entre ambas.

A proposta da Constituição Brasileira (Art. 255, 1988) de uma educação ambiental em todos os níveis de escolaridade é voltada igualmente à população em geral, poderá ajudar substancialmente no desenvolvimento de programas educativos curriculares e extracurriculares, formais e informais que, conjuntamente, objetivem o engajamento produtivo e decidido dos cidadãos de todas as condições culturais, na tarefa comum de um crescimento econômico sócio-ambientalmente viável.

Para tanto, é sumamente importante que a educação ambiental seja entendida não só como um processo informativo sobre problemas do meio mas, antes de tudo, como uma *concepção de educação*, no sentido concreto de uma prática participativa, criteriosamente referenciada, envolvida com os problemas reais das populações locais e abrangendo as instituições de ensino, os movimentos sociais organizados e, sobretudo, os meios de comunicação de massa.

Nesta conexão, as próprias diretrizes nacionais de educação ambiental acentuam a importância do "caráter processual e contínuo da educação ambiental, cujas ações não podem ser reduzidas a eventos e produtos de caráter pontual e publicitário" (IBAMA, 1992).

No caso particular das escolas de 1º e 2º graus, bem como de ensino superior, faz-se necessário um trabalho interdisciplinar contínuo em torno das questões ambientais, numa linha de orientação formativa a partir de valores humanos fundamentais como cooperação, respeito, compromisso com o coletivo, participação e responsabilidade social.

Uma reflexão sobre a questão que envolve o ambiente requer um novo paradigma para a educação, onde a essência dessa sociedade não se restrinja ao lucro, mas ao indivíduo em seu sentido mais amplo.

#### **6.1- A Educação e os Moradores**

A escolaridade dos habitantes de Tarumã é relativamente baixa, sendo que há pessoas não alfabetizadas e 37,50% com ensino até de 1º a 3ª ou 4ª série do antigo primário. Destes, mais da metade afirmou que sabe apenas “desenhar” o nome, não sendo capaz de realizar leituras com interpretação nem escrever um pequeno texto. Essa taxa aproxima-se daquela publicada no censo do IBGE para pessoas não alfabetizadas, que foi de 33,10%, para o Município de Nossa Senhora do Livramento (2001).

A porcentagem de pessoas não alfabetizadas corresponde exatamente à porcentagem de idosos, de 20,84%, explicando-se tal ocorrência pelo fato de a escola da comunidade ter sido inaugurada somente em 1973, ou seja, quando essas pessoas já contavam com, pelo menos 30 anos de idade, não a tendo frequentado em nenhum momento de suas vidas. Esse dado também se aproxima

do valor de 25,30% de pessoas não alfabetizadas, mencionados no censo do IBGE (2001).

Na faixa de escolaridade que vai da 1ª série até a 4ª série, encontramos muitas pessoas com escolaridade até a 3ª série, sendo que a professora atual chegou a comentar que, por volta do final de década de 1970, houve uma outra professora que não se achava capacitada para dar aulas para a 4ª série, de maneira que muitos estudantes freqüentavam a escola até a 3ª série e, após, *“só mesmo quem tinha muito boa vontade e disposição para sair de Tarumã e ir até Livramento para estudar, pois não tinha jeito de ir, eram dez quilômetros à pé...”*, segundo o depoimento de uma das senhoras do local.

Parte-se de uma acentuada desigualdade, reproduzida pelo sistema educacional e ampliada por um mercado de trabalho altamente tecnológico. Por ser tão escassa, a educação é extremamente valorizada no mercado de trabalho. Pequenas diferenças educacionais são transformadas em enormes diferenças de renda. Dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de 2001 mostram essa realidade, ou seja, quanto maior a escolaridade do trabalhador, mais chances ele tem de encontrar um emprego.

A educação tem o impacto de perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, de tal forma que gera um ciclo vicioso de perpetuação da pobreza entre gerações (IPEA, 2000).

Segundo GUARIM (2000),

*“no processo educativo o aprendizado envolve um trabalho de prática de todas as capacidades que promovem o desenvolvimento do ser humano. Para que efetivamente a educação seja estabelecida são necessárias a continuidade e a constante compreensão, interpretação e expressão da realidade. A localização, o processamento e a utilização de informações envolvidas no processo educativo devem estar vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Logo, a participação da comunidade é decisiva, por deter o saber local.”*

Entretanto, quando perguntamos àqueles que não estudam mais se haveria interesse em voltar a estudar, até os mais idosos responderam que gostariam de voltar a estudar, para não serem tão dependentes de outras pessoas para se locomover e praticar atos simples da vida cotidiana. A vontade demonstrada de voltar a estudar foi de 100%, caso tivessem oportunidade.

A baixa escolaridade, com presença de pessoas não alfabetizadas na linha do gasoduto, refletiu nas ações da empresa na divulgação das informações, que incluiu placas com figuras sobre como proceder (ou como não proceder) em relação ao gasoduto, muito embora nós não tenhamos encontrado nenhuma placa com essa característica em Tarumã, quando das visitas e trabalho de campo. Encontramos, ao contrário, placas na linha do gasoduto com dizeres, alertando sobre a faixa de servidão e fornecendo um número de telefone para contato

Um consórcio com a administração pública responsável pela educação, em nível municipal, estadual e federal, que levasse educação para a comunidade, resolveria a questão da necessidade das placas para o gasoduto e elevaria a

qualidade de vida da comunidade.

Quadro 03 – Escolaridade dos habitantes.

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>Porcentagem</b>
não alfabetizado	20,84%
De 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> séries	37,50%
De 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries	25,00%
De 1 <sup>a</sup> a 3 <sup>a</sup> série(II Grau)	16,66%
3 <sup>o</sup> Grau	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

## 6.2- A ESCOLA

A Escola Municipal de 1<sup>o</sup> Grau Professora Dila de Campos Maciel é a escola da comunidade. Foi criada em 1974, através do Decreto Municipal n<sup>o</sup> 03/74. A professora, a Sra. Luzia do Espírito Santo, que trabalha na escola há cerca de 22 anos, também estudou ali quando criança, até a antiga 3<sup>a</sup> série primária. Na escola são ministradas aulas do Ciclo Básico, da Pré-Escola à 4<sup>a</sup> Série.

A estrutura física da escola envolve uma sala de aula grande, multiseriada, um quadro negro, cadeiras e carteiras bem conservadas, de fórmica, uma cozinha com fogão (Figura 12), mas sem água encanada, uma varanda pequena, onde as crianças brincam. Externamente, há um banheiro com fossa e descarga.



de água manual. Embora de estrutura simples, é tudo muito limpo e asseado. A única professora é quem também limpa a escola e o banheiro, com a ajuda dos alunos e também providencia o lanche. Quando não tem gás, ela faz o lanche das crianças no fogão da própria casa.

Mesmo sem muito recursos, percebe-se que há muita boa vontade e capricho da professora, que arrumou “cantinhos” na mesma sala: “cantinho de estudos sociais” (Figura 13), “cantinho da beleza” (Figura 14), “cantinho de ciências” (Figura 15). Quando indagada a respeito dos “cantinhos”, ela respondeu que a escola faz parte de uma programa governamental chamado “escola ativa”, que fornece muitos dos materiais que compõem os cantinhos. Conforme o próprio nome diz, “escola ativa” significa que o conteúdo dos “cantinhos” está sendo sempre modificado, sempre atualizado, tanto pela professora quanto pelos alunos.

A escola Professora Dila de Campos Maciel tem 12 alunos, da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries. A professora Luzia estudou até a terceira série do antigo primário na escola Professora Deila de Campos Maciel, indo depois estudar em Nossa Senhora do Livramento, onde concluiu o antigo ginásio e concluiu o segundo grau em Poconé e Cuiabá, tendo concluído o Curso de Magistério; A Professora Luzia nasceu na própria comunidade e habita ali também, exercendo uma função de líder “informal” da comunidade. A Professora Luzia não teve ainda oportunidade de freqüentar uma faculdade, mas planeja fazê-lo assim que as condições financeiras melhorarem.

A escola fornece educação do Ciclo Básico, até a 4ª Série. As crianças, a partir daí, devem seguir para outras escolas, no Município de Nossa Senhora do Livramento, que é o local mais próximo onde aquele estudo se encontra à disposição. A escola é composta de classe multiseriada, atendendo, atualmente, 12 alunos.

Em geral, as crianças crescem na família, com a presença de mãe e pai. Os avós também estão bem presentes, o que indica que, apesar das dificuldades que todos enfrentam em relação à renda familiar e empregabilidade, podemos perceber uma estabilidade da família, nessa comunidade. De fato, são todos parentes, como um grande clã. Isso também pode sugerir a satisfação das pessoas em estar ali, apesar das contrariedades. Percebemos isso como um fator positivo, na formação dessas crianças e adolescentes.



Figura 17 – Vista frontal da escola da comunidade.  
Fonte: BORDEST, R (2000).



Figura 18 – A Professora Luzia, acompanhada de um de seus alunos, exhibe a cozinha da escola da comunidade.

Fonte: BORDEST, R. (2000).

### A) O CANTINHO DE ESTUDOS SOCIAIS

O cantinho de Estudos Sociais da escola da comunidade foi montado pela professora da escola, e é composto de um mapa *mundi*, um mapa do Brasil, um mapa do Estado de Mato Grosso com seus Municípios e outro com detalhamento da região da Baixada Cuiabana, onde encontra-se Livramento. Além disso, há um globo terrestre e vários livros de História e Geografia, jornais e revistas, constituindo uma pequena biblioteca para consulta e estudos dos alunos. O objetivo do cantinho de estudos sociais é despertar no aluno o interesse pelas ciências sociais, pela História, pela Geografia, enfim, pelo mundo que o cerca e seus acontecimentos. O material é comprado pelo Governo Federal

e repassado à escola. Para metade dos alunos, esse cantinho é o local mais importante da escola.



Figura 19 – A Professora Luzia, um dos alunos da escola da comunidade e o Cantinho de Estudos Sociais, montado por ela e pelos alunos, dentro da sala de aula.

Fonte: BORDEST, R. (2000).

## **B – CANTINHO DA BELEZA**

O cantinho da beleza também foi montado pela professora da escola. Ali tem uma mesinha contendo um espelho, desodorante, sabonete, colônia, pente para cabelo e escova para cabelo. Tem também escova de dentes, que fica no banheiro. Os alunos chegam pela manhã e, após anotar a própria presença num quadro que se encontra à direita da porta de entrada da sala de aula, olham-se no espelho para ver se os dentes estão limpos, se o cabelo está penteado, se a roupa